

**Ata da 44ª Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com o Sistema de
Garantia de Direitos e Sistema de Justiça - instituída pela Secretaria Municipal de
Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte**

1 Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho de 2025, às 9 horas, de forma remota pela plataforma
2 Google Meet, realizou-se a quadragésima quarta reunião ordinária da Mesa de Diálogo e Negociação
3 Permanente com o Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça – Portaria nº 88 do ano de
4 dois mil e dezenove da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Belo
5 Horizonte. **PRESENÇAS:** Estiveram presentes nesta reunião: Lívia Ferreira de Araújo Rosa, titular
6 da Diretoria de Vigilância Socioassistencial - DVISO; Cláudia Márcia dos Santos, representante
7 suplente da Secretaria Municipal da Educação - SMED; Mirna de Paula Gonçalves, titular do
8 Conselho Tutelar de Belo Horizonte, Gustavo Henrique Mendes dos Santos - Suplente da
9 Procuradoria Geral do Município, João Márcio Simões Defensoria pública da união, Douglas Alves
10 - Coordenação de Ações Estratégicas do SUAS - CAE, Alessandra de Sousa Figueiredo - suplente
11 Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, Lorena Forcellini de Oliveira - Titular
12 Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, Maria do Carmo Ferreira da Silva - Titular da
13 Subsecretaria de Direitos de Cidadania, Márcia Cristina Alves - Titular SMSP, Ana Clara Nogueira
14 Silva, Sandra Regina Ferreira - Suplente da Diretoria de Serviços da Alta Complexidade DEAC,
15 Victório Álvaro Coutinho Rettori - Titular do Ministério Público do Trabalho, Elisângela Pereira
16 Mendes - Titular da Diretoria de Políticas para Crianças e Adolescentes - DPCA, Leonardo
17 Coscarelli - Titular da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
18 Gilson Rodrigues Rosa - Titular PCMG, Lucas Ferreira Pedro dos Santos, representante titular da
19 Diretoria de Políticas para População LGBT - DLBT, Eleusa Andrade Veiga, representante titular
20 do Fórum Permanente de Entidades Socioassistenciais de Belo Horizonte; Mariana Rabelo dos
21 Santos - Suplente CRESS, Sêmia Semaan Abboud - Suplente CMI, Patrícia Aparecida Soares e
22 Souza - Suplente da Diretoria de Políticas para as Mulheres – DIPM, Mariana Bernardo de Brito -
23 Titular DGAS, Juliano Marcelino Costa - CMPCD, Sônia M. de Oliveira, Terezinha do Carmo da
24 Silva - Suplente CMPCD. Participaram como convidados: Cláudia de Melo Machado - Diretora
25 Regional de Assistência Social Pampulha - DRAS/P, Simone de Souza Pegoreti - Diretoria de
26 Políticas de Cuidados. **ABERTURA DOS TRABALHOS.** A reunião foi iniciada por Mariana
27 Brito, diretora de gestão do SUAS na Subsecretaria de Assistência Social, que fez uma breve
28 apresentação pessoal, fazendo também sua audiodescrição e contextualizou o papel da Mesa de
29 Diálogo. Este espaço reúne órgãos e instituições do executivo, sociedade civil organizada, conselhos
30 de direito, profissionais do sistema de garantia de direitos e do sistema de justiça, visando fortalecer
31 relações institucionais e fomentar um modelo democrático para solução de conflitos relacionados à
32 assistência social e à justiça no município de Belo Horizonte. Mariana destacou que a Mesa de
33 Diálogo busca participação, escuta e corresponsabilização para resolver conflitos de forma
34 horizontal e assertiva, fomentando a construção de alternativas que influenciam diretamente a
35 elaboração e execução dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais. Ela destacou, de
36 modo geral, avanços observados no desenvolvimento das câmaras temáticas e ressaltou o
37 funcionamento de dessas câmaras temáticas: uma sobre regulação de acesso ao SUAS e outra sobre
38 direito à convivência familiar, comunitária e acolhimento institucional da pessoa idosa, ambas na
39 fase final de elaboração dos seus protocolos. Em seguida, Iara de Salvo Rocha, coordenadora da
40 gerência de relação com o sistema de garantia de direitos e justiça, reforçou as orientações para o
41 bom andamento da reunião virtual, incluindo registro de presença, uso dos microfones, formas de
42 manifestação e atualização dos contatos. Retornando a palavra à Mariana Brito, foi reforçado sobre
43 o regimento interno no que tange a obrigatoriedade de presença e, conseqüentemente, a necessidade
44 de justificativa da ausência. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS.** Renata Martins Costa de Moura,
45 representante titular da Diretoria de Políticas para Pessoa Idosa - DPEI; Patrícia Silva, representante
46 titular da Diretoria de Proteção Social Básica; Alba Coura, representante suplente da Diretoria de
47 Vigilância Socioassistencial; Luiz Henrique Porto, representante titular da Diretoria de Políticas para
48 Pessoa com Deficiência; Maria Fernanda e Silva, suplente da Subsecretaria de Assistência Social -
49 SUASS. **NOVAS REPRESENTAÇÕES.** Luana de Lima Souza, representante titular da
50 Subsecretaria de Assistência Social - SUASS. Lucas Ferreira Pedro dos Santos, representante titular
51 e Grazielle Irailma Guimarães Lopes, representante suplente, da Diretoria de Políticas para
52 População LGBT - DLBT; Juliana Davite Fernandino, representante titular do Fórum Municipal de

**Ata da 44ª Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com o Sistema de
Garantia de Direitos e Sistema de Justiça - instituída pela Secretaria Municipal de
Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte**

Trabalhadores do SUAS de BH - FMTSUAS- BH; Eudes Xavier Rocha, representante suplente da Diretoria de Políticas para Crianças e Adolescentes - DPCA; Patrícia Aparecida Soares e Souza, representante suplente da Diretoria de Políticas para as Mulheres – DIPM. **PAUTA DA 44ª REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO.** Partiu-se em seguida à apresentação da pauta prevista para a presente data: 1. Aprovação da ata da 43ª Reunião realizada em abril de 2025; 2. Apresentação sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Suas-BH - DEAC e sobre as ações estratégicas do PETI - Diretoria de Gestão do SUAS - DGAS; 3. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras Temáticas; 5. Definição da pauta da reunião do Pleno de Agosto; 6. Informes gerais. **APROVAÇÃO DA ATA DA 42ª REUNIÃO.** A Secretaria Executiva encaminhou no dia 16 de abril a convocação para esta reunião e também a ata da 43ª reunião, realizada em abril de 2025, para apreciação e envio de considerações. A secretaria executiva não recebeu nenhuma consideração em relação à ata até o momento. Posteriormente foi questionado se alguém desejava fazer alguma outra alteração, sendo que não houve nenhuma solicitação de ajuste na ata neste momento. Deste modo foi aprovada a ata. **ABERTURA PARA CONSIDERAÇÕES INICIAIS. APRESENTAÇÃO SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E RELAÇÃO COM TRABALHO INFANTIL** - A pauta principal iniciou com a contextualização feita por Iara, que explicou que a demanda para essa apresentação surgiu do pleno em abril, a partir da solicitação de aprofundamento sobre o direito ao acolhimento de crianças e adolescentes, especialmente no contexto do trabalho infantil. O pedido partiu do Dr. Vitório, presente na reunião. Sandra Ferreira, diretora de proteção social especial de alta complexidade, fez uma apresentação detalhada sobre o acolhimento institucional, destacando fundamentos legais como o artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantem direitos à criança e ao adolescente, incluindo proteção contra negligência, exploração e violência. Sandra explicou que o acolhimento institucional e familiar são medidas provisórias e excepcionais para proteção, não implicando em privação de liberdade, mas sim uma forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta. Ressaltou a evolução do conceito de acolhimento, afastando a ideia de punição e aproximando-se da lógica de proteção social. A estrutura da rede de acolhimento em Belo Horizonte foi detalhada, com 41 unidades parceiras distribuídas por faixa etária e financiadas integralmente pelo tesouro municipal, incluindo parcerias com organizações da sociedade civil. Ela apontou avanços como a redução da capacidade para grupos menores (12 acolhidos por unidade) e desafios, como a concentração desigual das unidades nas regionais da cidade, o enfrentamento da provisoriedade da medida, a proteção dos jovens no desligamento após maioridade e a articulação com órgãos de defesa de direitos. Sandra enfatizou a importância do trabalho subjetivo e emocional junto às crianças e adolescentes para superar as violações de direitos e construir novos projetos de vida. **APRESENTAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL (PETI).** Mariana Brito retomou a palavra para apresentar as ações estratégicas relacionadas ao enfrentamento ao trabalho infantil no âmbito municipal. Destacou a reforma administrativa de fevereiro de 2025 que transferiu a coordenação do PETI para a Diretoria de Gestão, buscando maior transversalidade e estratégia, pois o tema permeia tanto a proteção social básica quanto a especial. Mariana apresentou o coordenador da nova Coordenação de Ações Estratégicas do SUAS e explanou sobre o PETI é um programa criado em 1996 com apoio da OIT para erradicar o trabalho infantil, inicialmente ligado a atividades em carvoarias e, posteriormente, ampliado para todo o país. O programa integra políticas públicas sociais, incluindo o Bolsa Família, e tem cinco eixos estruturantes: informação e mobilização, identificação e encaminhamento, proteção social e acompanhamento familiar, defesa e responsabilização, e monitoramento. Douglas detalhou a estrutura do SUAS em Belo Horizonte, a importância da integração entre proteção básica e especial, e a atuação da coordenação como espaço técnico-operacional, político, de inovação e articulação intersetorial. O núcleo de gestão do PETI, composto por servidores de diversas diretorias, é responsável por monitorar, sistematizar ações, qualificar atendimento, fomentar o enfrentamento de violações, apoiar formação continuada e fortalecer articulações. Ele destacou o protocolo PETI, lançado em 2021, que organiza todas as ações do SUAS para prevenir e erradicar o trabalho infantil,

**Ata da 44ª Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com o Sistema de
Garantia de Direitos e Sistema de Justiça - instituída pela Secretaria Municipal de
Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte**

incluindo as piores formas de trabalho (ex.: tráfico de drogas). O protocolo promove a integração entre proteção social básica e especial e estimula o trabalho em rede. Douglas detalhou os cinco eixos e as ações previstas, como sensibilização da sociedade e equipes, busca ativa e notificação de casos, acompanhamento familiar com planos de acompanhamento, articulação com o poder judiciário e monitoramento contínuo para avaliar e corrigir ações. Além disso, mencionou materiais técnicos orientadores para qualificar o trabalho das equipes, como registros nos sistemas informacionais, articulação entre serviços socioeducativos e proteção social, e processos de referência e contrarreferência. **DEBATE E MANIFESTAÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE TRABALHO INFANTIL E ACOLHIMENTO.** Diversos participantes fizeram importantes contribuições. Dr. Vitório questionou sobre ordens judiciais para afastamento de crianças e adolescentes explorados no seio familiar, destacando a necessidade de conhecer a prática. Dr. Leonardo Coscarelli, do Ministério Público, refletiu sobre a complexidade do tráfico de drogas envolvendo adolescentes. Para Dr. Leonardo seria importante pensar em ações que impossibilitem o retorno de adolescentes para seus territórios de origem, inferindo que trata-se de um problema ambiental. Ressaltando, com isso, a importância de medidas socioeducativas e a dificuldade de ações efetivas na reinserção. Márcia Alves, diretora de prevenção à criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança, apresentou pesquisa inédita em Belo Horizonte sobre trabalho infantil no tráfico de drogas, enfatizando a relação entre vulnerabilidades familiares, migrações e trajetórias de adolescentes e a necessidade de ações preventivas desde a primeira infância, onde o tráfico de drogas opera e é conceituado como uma das piores formas de trabalho infantil, destacando a necessidade de aprofundamento nessa temática. O tema tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho gerou uma discussão, na falta de melhor termo, interessante, onde foram expostos pontos de vistas diferentes, ou melhor, divergentes, que dizem respeito ao olhar sobre os territórios e os sujeitos expostos ao fenômeno. Sandra reforçou o trabalho de proteção no acolhimento institucional, destacando que os casos são graves e cumulativos, incluindo tráfico, uso de drogas e outras violações, e o trabalho multidisciplinar para ressignificar a vida dos adolescentes. Contextualiza que em 2021 foram retomadas ações, a partir do protocolo PETI no âmbito do SUAS, para rearticulação de ações que visam prevenir as situações que vulnerabilizam crianças e adolescentes, especialmente em relação à pior forma de trabalho infantil (tráfico de drogas). Foi destaca com isso, a atuação do SUAS, em suas articulações e ações estratégicas, a partir do protocolo PETI. Enfatiza que, no contexto de lançamento do protocolo as equipes vêm buscando formular documentos orientadores que auxiliem na operacionalização das ações no âmbito do SUAS. Destaca, por fim, a necessidade de articulação entre os serviços, bem como os processos de referência e contrarreferência entre os serviços. Está em fase de finalização a orientação técnica conjunta que dá subsídios a tais pressupostos de atuação no âmbito do protocolo PETI. Alessandra Figueiredo, diretora de média complexidade, complementou ressaltando a importância de um olhar não punitivo, mas de proteção e inclusão social, reforçando o papel dos serviços socioassistenciais no apoio a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Outros participantes reforçaram a importância da prevenção, do fortalecimento familiar e do trabalho intersetorial para enfrentar o problema. Kaká sugeriu conhecer experiências inovadoras, como o trabalho do educador popular Tião Rocha, que dialoga com líderes do tráfico para proteger crianças, e propôs trazer essas experiências para reflexão e enriquecimento das ações locais. Dr. Leonardo ponderou sobre a complexidade do domínio territorial do tráfico e a necessidade de aprofundar o debate sobre proteção e responsabilidade dos sujeitos. Mariana Brito concluiu ressaltando a desigualdade estrutural da sociedade, que vulnerabiliza determinados grupos e limita suas escolhas, e a importância da compreensão dessa realidade para o trabalho socioassistencial. **BREVE RELATO DOS TRABALHOS DAS CÂMARAS TEMÁTICAS: APRESENTAÇÃO E DEBATE DA CÂMARA TEMÁTICA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DA PESSOA IDOSA** - Sandra Ferreira apresentou o andamento da 15ª e 16ª reuniões da Câmara Temática que trata do acolhimento institucional de pessoas idosas. Foram discutidos conceitos fundamentais para a pactuação do protocolo, como o caráter excepcional e provisório do acolhimento, o papel do cuidador social e limites legais para o cuidado, modalidades

**Ata da 44ª Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com o Sistema de
Garantia de Direitos e Sistema de Justiça - instituída pela Secretaria Municipal de
Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte**

de acolhimento, o funcionamento da Central de Vagas e os critérios para qualificação e encaminhamento das demandas. Foi ressaltada a importância da concordância do usuário quanto ao acolhimento, a articulação intersetorial para garantir a provisoriedade e a desinstitucionalização, e a necessidade de inovar e ampliar as políticas públicas para diversificar as respostas sociais, evitando que o acolhimento seja a única alternativa. A Câmara avançou na definição de conceitos de urgência e emergência no âmbito da assistência social, diferenciando-os dos conceitos usados em outras políticas, e discutiu referência e contra referência entre serviços, com participação do núcleo psicossocial da Defensoria Pública. Mariana Elisa trouxe contribuições sobre a importância do protocolo para orientar os procedimentos e reforçar a corresponsabilidade da rede. Foram respondidas dúvidas sobre o fluxo de atendimento e encaminhamento, com destaque para os desafios de articulação entre assistência social e o sistema de garantia de direitos. **APRESENTAÇÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE REGULAÇÃO DE ACESSO AO SUAS** - Alessandra Figueiredo, nova coordenadora da Câmara de Regulação de Acesso, fez sua apresentação e relato da 13ª reunião, destacando a importância do protocolo que regula o acesso aos serviços do SUAS em Belo Horizonte. O documento visa alinhar a rede de proteção e garantir transparência nos processos, prevenindo conflitos entre SUAS e sistema de justiça. Nesse sentido, pontua que a busca foca nos esforços para a construção de uma política de proteção mais consistente, e que o protocolo é uma materialização desses esforços. Ela detalhou a estrutura do protocolo, que está em fase final, com capítulos sobre motivações, resoluções, formas e condições de acesso, fluxos operacionais, atuação das equipes de referência e procedimentos finais, incluindo anexos explicativos sobre provisões socioassistenciais, organização do SUAS e condições de acesso. A Câmara está recebendo contribuições da Defensoria Pública e trabalha para finalizar o documento até o início de agosto, com previsão de votação na próxima reunião plenária. Foram destacadas questões relativas ao alinhamento com o Ministério Público e demais órgãos e a importância da participação de todos para qualificar o protocolo. **DEFINIÇÃO DA PAUTA DA 45ª REUNIÃO.** Foi aprovada a pauta da 45ª reunião da Mesa de Diálogo, prevista para 28 de agosto de 2025, que contemplará aprovação da ata, apresentação dos trabalhos das câmaras temáticas e informes gerais. Foram divulgadas novas datas para reuniões das câmaras temáticas, destacando a alteração da data da reunião da Câmara do Direito à Convivência Familiar e Acolhimento Institucional da Pessoa Idosa para 22 de agosto. **IFORMES GERAIS.** Mariana Brito anunciou a inauguração do 37º CRAS, no bairro Vista Alegre, prevista para 7 de agosto, ressaltando a importância da unidade para a comunidade local. Sem mais manifestações, foi encerrada a reunião. Nós, Leonardo David Rosa, Jair da Costa Junior e Kioma Filipe Lage de Souza, técnicos da Secretaria Executiva da Gerência de Relação com os Sistema de Garantia de Direitos e de Justiça – GREDJ - da Subsecretaria de Assistência Social, lavramos a presente ata.